

Sumário

PARTE I DIREITOS HUMANOS

1 A lei natural em John Finnis: A raiz normativa comum da ética, da política e do direito 3

*Ayrton Borges Machado
Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução: a convergência da teoria clássica tomista e da teoria analítica moderna	3
2 A característica unificadora do direito: as necessidades fundamentais de Hart e os bens básicos de Finnis	4
3 Razão prática e Razoabilidade Prática: por que uma teoria cognitivista.....	6
4 Bens Básicos	9
5 A Razoabilidade Prática.....	12
6 A necessidade de uma prévia explicação da razão prática	16
7 A política e o direito	18
7.1. O Direito	22
7.2 Direitos naturais e lei natural	25
7.3. A Gramática dos Direitos.....	26
8 Conclusão	29
9 Referências.....	31

2 Um debate metodológico sobre a aceitação das práticas dos direitos humanos em Finnis a partir da crítica de Beitz às teorias da lei natural 35

*Ayrton Borges Machado
Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução	35
2 A metodologia da lei natural.....	36
3 A crítica de Beitz: tópicos para um debate	40

4 Aplicação dos pressupostos e métodos da lei natural	
aos direitos humanos.....	46
5 Conclusão	57
6 Referências.....	59
3 A fundamentação ética dos direitos humanos em John Finnis.....	63
	<i>Victor Sales Pinheiro</i>
	<i>Elden Borges Souza</i>
1 Introdução	63
2 O contexto de John Finnis.....	64
3 Dimensão metodológica da teoria.....	66
4 Dimensão substancial da teoria	70
5 Conclusão	74
6 Referências.....	75
4 O positivismo jurídico e a infundamentabilidade dos direitos	
humanos: uma crítica a partir da ética da lei natural	77
	<i>Victor Sales Pinheiro</i>
	<i>Elden Borges Souza</i>
1 Introdução	77
2 A tradição da lei natural	79
3 A fundamentação ética dos direitos humanos	83
4 O positivismo jurídico e a infundamentabilidade	
dos direitos humanos	86
5 Conclusão	92
6 Referências.....	93
5 Por uma universalidade dialógica e analógica dos direitos humanos –	
Superando os impasses do universalismo e do relativismo absolutos	97
	<i>Elden Borges Souza</i>
	<i>Victor Sales Pinheiro</i>
1 Introdução	97
2 A proposta moderna de universalidade	99
3 A crítica relativista.....	102
4 A crise do universal e a crise do relativo	108
5 Por uma universalidade dialógica e analógica	113

6 Conclusão	117
7 Referências.....	118

PARTE II
POSITIVISMO

6 O paradoxo de Bobbio: pode um positivista defender os direitos humanos?..... 123

*Elden Borges Souza
Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução	123
2 Bobbio, o defensor dos direitos humanos	124
3 A defesa de uma teoria positiva do direito.....	128
4 A contradição: do poder do Estado para o poder da comunidade internacional	132
5 Conclusão	138
6 Referências.....	140

7 Duas visões da fundamentação do Direito na Lei Natural: A teoria procedural de Lon Fuller e a substancial de John Finnis..... 143

*Ian Silveira Pompeu
Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução	143
2 O problema da natureza do Direito	144
2.1 Relevância teórica e prática.....	146
2.2 Teorias normativas do Direito	147
3 A Teoria da Lei Natural Procedimental de Lon Fuller.....	149
3.1 Antropologia subjacente à obra de Fuller	152
3.2 A Teoria Jurídica Procedimental de Lon Fuller.....	155
3.2.1 Definição e exigências de Direito	156
3.2.2 O Elemento Humano do Direito	160
4 A Teoria da Lei Natural Substancial de John Finnis	165
4.1 A Ética dos Bens Básicos e da Razoabilidade Prática.....	166
4.2 Raciocínio Prático e Lei Natural	169
4.3 Desenvolvimento da teoria jurídico-política do bem comum	176
5 Entre a teoria procedural e a substancial da lei natural.....	186
6 Conclusão	192
7 Referências	193

**8 Teses da separabilidade, dos fatos sociais e da obediência ao direito:
elucidação metodológica das proximidades e fronteiras entre a teoria
da lei natural de John Finnis e o positivismo exclusivo de Joseph Raz.... 197**

André Fonseca dos Santos

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	197
2 Contexto: obscurecimento das fronteiras teóricas.....	198
2.1 Necessidade de revisar as formulações imprecisas das teses jusnaturalistas e juspositivistas	198
2.2 Análise teórica: investigação de primeiro nível das aproximações e divergências entre as teorias de Finnis e Raz	199
3 Análise teórica: investigação de primeiro nível das aproximações e divergências entre as teorias de Finnis e Raz	205
3.1 Tese da Separabilidade entre Direito e Moral	205
3.2 Tese das Fontes Sociais: a identificação do Direito válido	207
3.3. Tese da Obediência ao Direito.....	209
4 Análise metateórica e metodológica: investigação de segundo nível	211
4.1. Teorias da Razão Prática	212
4.2. O âmbito e o objetivo da teoria do direito.....	213
4.3 Empreendimentos descritivos paralelos	216
5 Conclusão	219
6 Referências	220

**9 Razoabilidade prática e pragmatismo: diferenças conceituais
entre Finnis e Posner na análise jurídica do casamento..... 223**

Victor Augusto de Oliveira Meira

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	223
2 Diferentes critérios de Direito.....	224
2.1 Pragmatismo e normatividade no pensamento de Richard Posner	224
2.2 A razoabilidade prática do direito natural de John Finnis	229
3 O casamento e sua finalidade.....	237
3.1 Uma perspectiva pragmática	237
3.2 O casamento como um bem humano básico	240

4 Conclusão	244
5 Referências	245

PARTE III
ESTADO DE DIREITO

10 O bem comum político como fundamento da autoridade do Estado de Direito – Análise do princípio da subsidiariedade, da limitação do poder estatal e da autonomia da sociedade civil na teoria da lei natural de John Finnis.....249

Elden Borges Souza

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	249
2 Bem comum e bem comum político	250
3 Princípio da subsidiariedade e sociedade civil	254
4 Teoria da lei natural e Estado de Direito	258
5 Conclusão	261
6 Referências.....	262

11 Sociedade da informação e direito à privacidade no Marco Civil da Internet: fundamentação filosófica do Estado de Direito em John Finnis.....265

Victor Sales Pinheiro

Alexandre Pereira Bonna

1 Introdução	265
2 Os riscos do direito à privacidade na sociedade da informação	266
3 Os direitos fundamentais ao devido processo legal e à privacidade no Marco Civil da Internet	270
4 Fundamento filosófico do Estado de Direito e das garantias fundamentais em John Finnis	277
5 Conclusão	286
6 Referências	288

12 Perfeccionismo Estatal: uma análise crítica de John Rawls a partir da Nova Teoria da Lei Natural de John Finnis..... 291

Leonardo Balena Queiroz

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	291
2 Crítica de Rawls à incorporação de valores morais pelo Estado.....	293
2.1 A necessidade de neutralidade	293
2.2 A liberdade enquanto um princípio de justiça.....	294
3 Fundamentação política na Teoria Neoclássica da Lei Natural	295
3.1 Comunidade, florescimento e autoridade	295
3.2 Limites à atuação estatal	296
4 O perfeccionismo de John Finnis.....	298
4.1 Resposta ao antiperfeccionismo de Rawls	299
4.2 Estado e virtude: delimitação do bem comum político	302
5 Conclusão	306
6 Referências	307

**13 Do raciocínio prático ao direito à liberdade religiosa:
considerações perfeccionistas em Robert George** 311

Dienny Riker Pereira

Leonardo Balena Queiroz

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	311
2 Razão prática e moralidade	313
3 Bens básicos e perfeccionismo	316
4 O direito à liberdade religiosa e a Teoria Neoclássica da Lei Natural....	321
5 Conclusão	326
6 Referências	327

**14 O desarmamento de armas nucleares como instrumento
para o florescimento humano: uma análise da razão e do bem comum
da teoria da lei natural no Sistema Internacional de Direitos Humanos 331**

Yasmim Salgado Santa Brígida

Jean Carlos Dias

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	331
2 Os princípios da razão e do bem comum da teoria do direito natural no Sistema Internacional dos Direitos Humanos.....	332
3 A necessidade moral da política de desarmamento nuclear internacional	343
4 Conclusão	351
5 Referências	354
Os autores	357
Coleção Teoria da Lei Natural.....	361